



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no Território Amazônico Amapaense

Raimunda Kelly Silva Gomes¹

Universidade do Estado do Amapá

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4653-4000>

Janaina Freitas Calado²

Universidade do Estado do Amapá

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7489-0080>

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar o processo de descolonização do pensamento colonial empreendido em três territórios Amazônicos Amapaense. Para tanto, adotamos metodologias participativas, com os comunitários que integram as organizações sociais locais, com um total de 240 participantes. Os resultados demonstram que a concepção de pertencimento pelos ribeirinhos amazônicos, é para além do uso dos recursos naturais, mas, sobretudo das relações que são estabelecidas com o meio ambiente, e a certeza de que seus direitos sociais fazem parte da luta contra-hegemônica. Logo, precisamos ter um olhar atencioso para novas/velhas práticas, e um olhar de esperança para superar os desafios do reexistir, entendendo que a construção coletiva fortalece a luta por direitos das comunidades tradicionais amazônicas pelo uso sustentável de seus territórios.

Palavras-chave: Território; Amazônia; Resistência.

La resistencia y la existencia de las poblaciones tradicionales y extractivas en el territorio amazonico Amapaense

¹ Doutora em educação pela Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Educação Ambiental, Gestão escolar, educação do campo, zoneamento ecológico econômico e de Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarino, atuando na Zona Costeira Amazônica. Tem desenvolvido atividades de pesquisa no Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá. Atualmente é docente da Universidade do Estado do Amapá, curso de licenciatura em Pedagogia, e líder do grupo de pesquisa de integração socioambiental e educacional na Amazônia amapaense. Amapá, Brasil. E-mail: rkellysgomes@yahoo.com.br

² Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e doutorado em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Atualmente sou professora adjunta da Universidade do Estado do Amapá e atuo junto ao colegiado de Ciências Naturais. Amapá, Brasil. E-mail: janaina.calado@ueap.edu.br

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar el proceso de descolonización del pensamiento colonial emprendido en tres territorios amazónicos de Amapá. Para eso, adoptamos metodologías participativas, con los comuneros que integran las organizaciones sociales locales, con un total de 240 participantes. Los resultados demuestran que la concepción de pertenencia de los ribereños amazónicos va más allá del uso de los recursos naturales, pero, sobre todo, de las relaciones que se establecen con el medio ambiente y de la certeza de que sus derechos sociales son parte de la lucha contrahegemónica. Por lo tanto, es necesario analizar detenidamente las prácticas nuevas / antiguas, y una mirada de esperanza para superar los desafíos de la reexistencia, entendiendo que la construcción colectiva fortalece la lucha por los derechos de las comunidades tradicionales amazónicas por el uso sostenible de sus territorios.

Palabras clave: Territorio; Amazonas; Resistencia.

The resisting and re-existing of traditional and extractive populations in Amazon in the Amapaense Amazon territory

Abstract: This study aims to analyze the process of decolonization of colonial thought undertaken in three Amazonian territories in Amapá. For that, we adopted participatory methodologies, with the community members that integrate the local social organizations, with a total of 240 participants. The results demonstrate that the conception of belonging by the Amazonian riverside dwellers goes beyond the use of natural resources, but, above all, the relationships that are established with the environment, and the certainty that their social rights are part of the counter-hegemonic struggle. Therefore, we need to take a careful look at new / old practices, and a look of hope to overcome the challenges of re existing, understanding that collective construction strengthens the fight for the rights of traditional Amazonian communities for the sustainable use of their territories.

Key words: Territory; Amazon; Resistance.

Introdução

No momento que compreendemos que somos a natureza, passamos a mudar nossa ótica de ver o mundo, como diz Chassot (2018) “assestar os óculos” ou Carvalho (2012) “mudar as lentes”. Mudar a forma de se ver no mundo permite o início da transformação de seres humanos para sujeitos ecológicos, sujeitos que se relacionam, agem e modificam o mundo, essencialmente porque o mundo também os modifica (CAPRA, 2006). Assim, nos tornamos parte de um todo e compreendemos que não existe ser vivo ou não-vivo no mundo que não se relacione com outro e produza modificações mútuas. Essa troca entrópica afeta nossa cultura, política, economia, nossa forma de vida social, e isso é um desdobramento, sobretudo de como o meio se relaciona conosco.

Nos últimos 70 anos a noção dessa relação, para nossa sociedade globalizada eurocêntrica foi em grande parte perdida. Com exceção de pequenos grupos de pessoas, as populações das cidades, com a rapidez inerente ao mundo pós-moderno civilizado, têm

dificuldades de observar ciclos lentos, como a relação entre marés e as fases da lua, ou mesmo as variações de estações, que a cada ano oscila mais. Nos maravilhamos com o nítido desabrochar das flores de ipê, sem perceber a discreta chuva de sementes que segue semanas depois. Não nos compreendemos como parte desse ciclo, pois não nos consideramos seres vivos, somos seres humano com direitos divinos sobre a Terra. Somos destinados a conquistar a Terra e é nosso dever sugar todos os seus “recursos naturais” até a última gota. Não há consequência porque não fazemos parte do sistema, assim o pensamento do século XIX perdura até os dias atuais: a ciência, a técnica vai resolver todos os problemas que surgirem (RODRIGUEZ; SILVA, 2009).

A sociedade atual tem dificuldades de ver que nossa espécie está há muito tempo na Terra. Comunidades humanas passaram milhares de anos vivendo e existindo com a Terra e não contra a Terra, e apesar do genocídio histórico desses povos, ainda temos a chance de aprender com eles. Os últimos 70 anos foram apenas uma fagulha de destruição massiva que provavelmente nos levará a outro patamar de existência.

O mundo precisa se re-conectar e re-aprender com as comunidades tradicionais e povos originários. Sim! Precisamos aprender com esses grupos de seres vivos humanos, que mesmo com pouca ou nenhuma assistência do Estado, conseguem interagir e integrar um modelo comunitário de sociobiodiversidade. Apesar de rodeados, às vezes imersos, no mundo capitalista, e sendo por demais explorados e muito ao Sul de muitas linhas abissais, ainda assim sobrevivem e seus impactos no planeta são ínfimos comparados aos nossos. Cabe lembrar que a Linha abissal é um conceito enfatizado por Boaventura, que divide a realidade social em um conjunto sistemático de distinções visíveis e invisíveis, que isolam e separam grupos sociais que têm sido vítimas da injustiça, opressão e destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (SANTOS, 2019).

Como por exemplo, pode-se citar um grupo social que são as comunidades ribeirinhas remotas e socialmente organizadas no Amapá, com biblioteca, centros de convivência, campo de futebol, escolas, igrejas, energia solar, internet, freezers, TVs, casas construídas em mutirão e mercados comunitários que contrariam as regras individualistas do neoliberalismo. Destacamos que a infraestrutura construída ao longo das gerações, não significa uma vida fácil e perfeita, pelo contrário, é resultado da percepção da necessidade de direitos sociais básicos, usurpados pelo Estado. Problemas ainda comuns são: desemprego, a falta de perspectiva da juventude, carência na educação básica, acesso à água potável e à energia elétrica 24 horas (GOMES *et al.*, 2020). A energia solar

supracitada atende a demandas comuns, como a produção de gelo e conservação de alimentos perecíveis de interesse para toda comunidade.

Existem muitos desafios que esses grupos sociais enfrentam, mas seu olhar de coexistência com o território é nítido. Cuidado e pertencimento dirigem um novo modelo microeconômico, onde a noção de dependência do outro é tão forte que ultrapassa as necessidades individuais. O indivíduo sozinho, isolado na beira de um rio não teria condições de construir uma escola para seus filhos, mas ao cuidar dos seus vizinhos, a força de trabalho cresce, e, assim como Alice em seu mundo maravilhoso, torna o impossível, possível. Aqui, o neoliberalismo que exclui, e torna os mais vulneráveis invisíveis, se comporta como um agente opressor que os leva a se reinventar para existir, reexistindo e resistindo.

Devemos esclarecer ainda que essas relações de organização social variam muito, depende da história da comunidade, dos laços familiares pré-existentes, do tempo em que se encontram no presente e da presença de lideranças. Entretanto, um fato em comum é que quanto mais estruturada é a comunidade, esses exemplos mostram que a organização social parece ser a chave para sobrevivência, seja no investimento colaborativo no capital humano, seja na possibilidade de articular e cobrar benefícios de políticas assistenciais.

Há exemplos ainda no Amapá da construção de acordos comunitários que ultrapassam as exigências estatais de lei e ordem. Protocolos comunitários que estabelecem regras de bem viver são referências que fortalecem um olhar otimista de reação ao capitalismo (DIAS; LAUREANO, 2014; GOMES; RAMOS; CHAUBET, 2016; MONTEIRO, 2018). Em aldeias indígenas, protocolos de consulta indicam para os não-indígenas regras e formas de proceder quando precisarem se relacionar com eles, definindo as vontades e leis de seus povos nos seus territórios (CCPIO, 2019).

Essas avançadas formas de auto-organização e de autonomia social são respaldadas pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, com significativos aspectos de direitos econômicos, sociais e culturais (OIT, 2011).

Por fim, esses tempos de mudanças, que exige a reinvenção da nossa forma de viver, observar e aprender com as comunidades tradicionais parece ser uma reflexão essencial a ser feita. Precisamos ter um olhar atencioso para novas/velhas formas de viver no mundo, novas ideias alternativas oriundas de velhas práticas ancestrais. Um olhar de

esperança que nos faz querer ficar cada vez mais perto de pessoas que sobrevivem há muito tempo aqui.

Conhecendo três territórios agroextrativistas Amazônicos Amapaense

O Arquipélago do Bailique – Região insular da cidade de Macapá que vem sofrendo evidentes alterações em sua paisagem, especialmente causadas pelo fenômeno das “terras caídas”. Foi definida pelo Ministério do Meio Ambiente como uma área prioritária de conservação e possui aspectos, sociais, culturais e ambientais endêmicos que devem ser valorizados e preservados. A Cooperativa dos produtores agroextrativistas do Bailique, Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique e Oficina de Lutheria da Amazônia firmaram um acordo de cooperação e disponibilizaram estrutura física de apoio a pesquisadores e extensionistas.

O Arquipélago do Bailique é um distrito da cidade de Macapá, localizado na foz do rio Amazonas entre a costa do Amapá e ilhas do Pará. Está situado entre os paralelos 00° 44' - 01° 15' N e meridianos 49° 54' – 50° 19' GW, estabelecendo limites ao Norte com o rio Araguari e ao Sul com o Canal do Norte, a leste está limitada com o Oceano Atlântico e a Oeste com a região do Pacuí, distando aproximadamente 180 km do centro de Macapá.

O Arquipélago possui cinquenta e três (53) comunidades, distribuídas em oito (8) ilhas (ilha do Bailique, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Marinheiro, ilha do Meio e ilha do Parazinho), com população aproximada de 10 mil habitantes. Os moradores possuem modo de vida próprio, e em 2013 iniciou-se no Arquipélago as discussões acerca do Protocolo Comunitário, que estabelece uma série de regras sociais a serem cumpridas pelas comunidades participantes (MONTEIRO, 2018).

No Bailique, ocorre o fenômeno das "Terras Caídas", resultado de um sistema de erosão fluvial, que acarreta a abrupta queda das margens das ilhas em marés de sizígia. Este fenômeno torna o Arquipélago extremamente sensível às mudanças climáticas e ao aumento do nível dos oceanos.

O acesso ao local só é possível por via fluvial, através do rio Amazonas, com duração média de 12 horas de viagem em barco de linha. De acordo com Gomes *et al.* (2014), os ecossistemas da região sofrem influência tanto da vazão do rio Amazonas e seus sedimentos, quanto das correntes marítimas do Oceano Atlântico, que conferem particularidades ímpares à hidrodinâmica local.

As principais atividades econômicas desenvolvidas pela população são a pesca, o

extrativismo vegetal, a construção naval, a agricultura de subsistência. Os ecossistemas típicos da região do Bailique são as Florestas de Várzeas, que se caracterizam por serem periodicamente inundadas pelas marés.

O território do **Beira Amazonas** é uma região litorânea que compreende o município de Itaubal e Macapá. A Associação da Escola Família Agroecológica do Macacoari firmou um acordo de cooperação e disponibilizou estrutura física de apoio a pesquisadores e extensionistas.

A Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM) se localiza no município de Itaubal do Pírrim, o qual está na porção sudeste do estado do Amapá compreendendo uma dimensão territorial de 1.622 km², que se limita ao município de Macapá, com distância de 90 km da capital amapaense, o mesmo surgiu no contexto de criação do ente federativo, pela lei de nº 5 de 1º de maio de 1992, e seu nome faz referência ao itaubal - um tipo de madeira proveniente da árvore de itaúba (*Mezilaurus itauba*) (LAMEIRA *et al.*, 2017).

A inserção do termo agroecológica no nome da instituição foi uma opção devido às práticas extrativistas exercidas pelas famílias das comunidades que estão envolvidas no projeto da escola família, como Souza *et al.* (2016, p. 84) destacam a fala de um dos conselheiros da EFAM e egresso de escola família:

Na verdade, a escola agroecológica, a princípio, foi no sentido de diferenciar da nomenclatura das outras escolas, só que quando nós fomos trabalhar essa diferenciação [...] vimos que tinha tudo a ver com a nossa região e que precisa ser trabalhado.

Entende-se que as populações desta região já vivenciam um modo de produção agroecológico e que contribui para a sustentabilidade de suas práticas cotidianas referentes aos seus modos de vida, o que encontra eco na pedagogia da alternância, visto que a mesma se propõe a interagir com o mundo do trabalho.

A EFAM atualmente atende vinte e três (23) comunidades, em que o instrumento educativo é a Pedagogia da Alternância, com enfoque no empoderamento local e valorização das atividades socioeconômicas desenvolvidas na região.

De acordo com dados do Protocolo Comunitário Beira Amazonas, o percentual de famílias que praticam o cultivo de subsistência no Beira Amazonas é de aproximadamente 85%, com a prevalência do extrativismo, especialmente do açaí que gira em torno de 78,95% das famílias do território; isto demonstra a relação intrínseca do uso sustentável dos recursos naturais disponíveis no território.

A **Escola Família Agroextrativista do Carvão – EFAC**, localizada na zona rural do Distrito do Carvão, há 6 km da sede do Município de Mazagão – AP é um estabelecimento de ensino particular de caráter comunitário, sem fins lucrativos. A EFAC foi criada em 1997, como uma alternativa para a educação no campo, atingindo exatamente um público que estava sendo preterido do processo. Hoje ofertando três níveis de ensino: fundamental de 5^a a 8^a série, Ensino Médio e Curso Técnico Profissionalizante em Agroextrativismo (em fase de reconhecimento), com aproximadamente 100 alunos. Na sua estrutura física contém três (3) salas de aulas, laboratório de informática, biblioteca, sala de monitores, laboratório de manipulação de plantas medicinais, laboratórios de campo, dormitórios masculino e feminino, refeitório e cozinha, sala da direção e secretaria escolar.

Procedimento metodológico

Este estudo fundamenta-se em um estudo de caso, por buscar a compreensão dos saberes de uma realidade específica, o que para Yin (2010) pode contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais e sociais da realidade ali existente. Escolhemos o estudo de caso porque focaliza o modo de vida amazônico, além das particularidades de uma comunidade ribeirinha, representado pelas experiências e pelos conhecimentos sobre as formas de coexistência, no contexto agroextrativista da Amazônia amapaense.

Esta pesquisa, se fundamenta nos princípios estabelecidos nos protocolos comunitários do Bailique e do Beira Amazonas, os quais focalizam o modo de vida amazônico, além das particularidades de comunidades ribeirinhas tradicionais, representadas pelas experiências e pelos conhecimentos sobre as formas de coexistência e de utilização dos recursos naturais, na busca de estabelecer uma relação entre o contexto agroextrativista da Amazônia amapaense com a vivência e saberes dos moradores locais.

A metodologia desenvolvida para este estudo nos territórios do Bailique, EFA do Macacoari e EFA do Carvão, baseia-se no planejamento da gestão ambiental participativa, através de metodologias participativas, o que Carvalho Junior *et al.* (2011) afirmam a importância do diálogo como princípio de compreensão das representações sociais na Amazônia.

Adotamos como princípio o campo de pesquisa científica transdisciplinar, focado nas intermediações entre as populações humanas e os elementos dos ecossistemas naturais,

visando a compreensão da relação ser humano x natureza. Logo, daremos ênfase aos conhecimentos que circulam as vivências, as formas de uso e apropriação dos recursos naturais e da biodiversidade, por meio de sua inserção no meio natural, suas crenças, as inter-relações com o ambiente e o processo de construção do protocolo comunitário dos territórios pesquisados.

Foram realizadas três oficinas, uma em cada território, utilizando de ferramentas de interação e participação. As oficinas se dividiram em dois momentos: (1) apresentação do projeto e seus objetivos; e (2) identificação das potencialidades e fragilidades sociais, ambientais, culturais, sociais e econômicas existentes, as quais foram registradas por meio de diário de campo e registros fotográficos de cada momento da pesquisa.

Solicitamos que os participantes identificassem as potencialidades para que pudéssemos compreender as percepções dos comunitários sobre o uso dos recursos naturais, bem como o empoderamento e valorização da identidade local. No segundo esquema se identificou as fragilidades referente às questões sociais, econômicas, políticas, educacionais, culturais e ambientais para que assim pudéssemos ter um prognóstico da realidade a partir das vivências e saberes dos participantes.

Nesta etapa, além da identificação das ações prioritárias para as comunidades. A metodologia foi encerrada com uma dinâmica relacionada com o recomeço, destacando a importância dos erros, dos acertos e da evolução dos processos que sempre tendem a recomeçar. A ideia é “esperançar” sem expectativas, mas com ações do fazer juntos, mostrando que o protagonismo sempre será da ação comunitária.

Em seguida, estruturamos todas as problemáticas apresentadas e as que foram consideradas prioritárias, com fundamentos em um plano de gestão socioambiental participativo. E por fim, as informações coletadas foram analisadas em uma base de dados do excel.

Resultados/Discussão

Reflexões sobre as potencialidades e fragilidades apontadas nos territórios

No decorrer da pesquisa percebemos que os comunitários dos três territórios, possuem uma relação muito próxima com o uso da terra e utilização sustentável dos recursos naturais e que em suas concepções os ecossistemas presentes no território é que garante sua permanência.

Ao considerarmos as formas de uso das cadeias de valores, para a subsistência das famílias, especialmente associadas às práticas extrativistas (açai e pescado), existem outras potencialidades que estão atreladas ao modo de vida e as relações estabelecidas com o meio ambiente. Além disso, compreendem que seus territórios precisam ser entendidos para além da comercialização dos produtos das águas e das florestas, mas suas regionalidades, modo de vida e as vivências em comunidade por meio de organizações comunitárias.

Em todos os territórios analisados, mas especialmente no Bailique e Beira Amazonas, o rio é considerado pelos comunitários um divisor de águas para as suas vidas, pois além de servir de meio de retirada do pescado para a sustentação das famílias, é via de acesso às outras comunidades e municípios. Cabe lembrar que o rio na Amazônia não faz a divisa de territórios, ao contrário integra a sociobiodiversidade existente.

Evidenciamos que a concepção de pertencimento do território pelos ribeirinhos amazônicos nos três territórios, é para além do uso dos recursos naturais, mas sobretudo das relações que são estabelecidas com o meio ambiente, mas com a certeza de que seus direitos sociais ainda são um desafio para que se alcance a sustentabilidade com equidade social. Por outro lado, é perceptível que seus saberes sobre as formas de uso e ocupação mostram a complexidade e a importância dos saberes da tradição para a manutenção dos territórios amazônicos, partindo da compreensão da nossa casa comum ao tratarmos das relações estabelecida entre a sociedade e o meio ambiente.

A diversidade no contexto amazônico, é uma construção histórica, cultural e social das diferenças, que está ligada a pluralidade, heterogeneidade e variedade (COELHO NETO, 2013). E é nesse universo culturalmente diverso que é imperativo descolonizar o pensamento sobre saberes ambientais levando em consideração os saberes dos intelectuais da tradição a fim de contribuir para discussão e construção de uma epistemologia amazônica da complementaridade, da convergência de saberes.

Então, o território passa a ser entendido como um espaço de práticas, em que a territorialidade humana influencia e controla as ações de seu uso (SACHS, 1986). Neste sentido, concorda-se com Becker (2010, p.138) ao afirmar que:

A territorialidade manifesta-se em todas as escalas desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial.

Na região amazônica o território é delimitado por incertezas, quanto ao modo de transformação, no entanto, as novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável, considerando-se a sociobiodiversidade da Amazônia.

A relação de interdependência e complementariedade entre as questões socioculturais e biológicas remete-nos a um pensamento da complexidade, defendido por Morin (2002), pois se trata de buscar as relações e a inseparabilidade entre qualquer fenômeno e seu contexto, na tentativa de tornar pertinente o conhecimento, que até então tem sido fragmentado e simplificado, uma vez que, o ambiente natural a ser estudado, pressupõe mudanças de valores e posturas em relação à natureza e à biodiversidade, como um processo onde atitudes serão transformadas para se obter melhorias na qualidade de vida das populações existentes no território.

Portanto, a diversidade de seres vivos, ecossistemas, povos e culturas é uma das principais características Amazônicas. Tantas formas de existir, resistir e reexistir tornam este espaço rico de exemplos positivos na relação Sociedade - Ambiente. A ausência do Estado, que promove exclusão e esquecimento de grupos sociais (ex. ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, entre outros), alavanca a necessidade de auto-organização destes mesmos grupos, que lutam por sobrevivência. Encontram-se dispersos pela Amazônia, pequenas comunidades organizadas que buscam o bem-viver de suas famílias e desenvolvem relações e práticas que vão de encontro ao pensamento capitalista e colonialista existente na sociedade pós-moderna.

Desse contexto de interações entre as vidas, os saberes e o ambiente, surgem as principais potencialidades, destacando os grupos: 1) cadeias produtivas de produtos extrativistas, especialmente do açaí e produtos oriundos da floresta (mel, óleos, materiais para artesanato, frutas); 2) cadeia produtiva do pescado; 3) capital social e as organizações comunitárias; 4) o meio (floresta e rios) e 5) atividades culturais e de lazer.

No que se refere às fragilidades em comum dos três territórios: 1) Precariedade do sistema de abastecimento de energia elétrica; 2) Precariedade dos serviços públicos; 3) Dependência química, especialmente entre a juventude (drogas e álcool); 4) Ausência de saneamento básico (abastecimento de água potável, coleta de lixo e esgotamento sanitário); 5) Necessidade de capacitação para os professores; 6) Necessidade de perspectivas econômicas para a juventude; 7) Sensibilização dos comunitários para as atividades coletivas do território.

De acordo com os comunitários participantes desta pesquisa, estas problemáticas estão atreladas ao descaso do poder público com os serviços ofertados. Contudo, a ausência de alternativas de emprego e de acesso à educação e outras opções de formação para a juventude, podem explicar a falta de envolvimento com as atividades comunitárias e a fragilidade da juventude na dependência do uso de drogas e bebidas alcoólicas.

Dentre os problemas ambientais discutidas, a questão do saneamento básico e a destinação do lixo doméstico, os quais estão correlacionados. Normalmente, o lixo doméstico produzido nos territórios é jogado às margens do rio, depositado em terrenos impróprios ou queimado, o que está relacionado à ausência regular de coleta de lixo pelos municípios e falta de consciência da população.

O problema do lixo não é restrito a estes territórios, mas devemos considerar que o Estado do Amapá apresenta cenários amplamente conflitantes, pois embora haja conservação de mais de 70% do território amapaense, pilhas de lixo são uma visão comum em muitas áreas, incluindo as margens de seus rios (CEI, 2010). E extrapolando os limites do Amapá, podemos inferir que o lixo jogado em locais inadequados pela própria população e saneamento básico precário são os problemas mais comuns na região Norte brasileira.

Segundo os comunitários, existe pouca participativa dos moradores nas associações e nas atividades coletivas que requerem tomada de decisão, contudo devemos considerar a necessidade de quebra de paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades, historicamente construídas, no campo, respeitando a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade impostas ao homem/mulher do campo.

Neste sentido, podemos considerar que a construção dos protocolos comunitários do Bailique e do Beira Amazonas, e o interesse da EFA do Carvão em elaborar um protocolo de consulta para sua região, nos remete a entender uma nova história que vem sendo construída de forma coletiva e dialógica, ao permitir discussões em torno da valorização da diversidade de saberes que os movimentos mobilizam nas suas lutas, viabiliza ações transformadoras de cada um dos movimentos e reflexões acerca de seu protagonismo no território.

De acordo com Leff (2010) a sociobiodiversidade está interligada com as potencialidades humanas e acesso a serviços que possibilitem melhoria na qualidade de vida das pessoas em sociedade, sem comprometer o capital natural, e a disponibilidade de uso dos recursos naturais necessário para a sobrevivência humana no presente e no futuro

das gerações que as sucedem, pois entende-se que a sustentabilidade no uso do território, implica no empoderamento das populações das suas diversidades socioculturais e suas inter-relações com o uso dos recursos naturais.

A sociobiodiversidade pertence tanto ao domínio do natural quanto do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, além de retirar espécies, colocar outras e enriquecendo assim a própria sociobiodiversidade ou etnobiodiversidade (DIEGUES, 2019, p. 86).

Logo, podemos afirmar que ao contrário do que se tem propagado, no campo são produzidas formas de vida que merecem um olhar atento e aberto no sentido de apreender outros modos de pensar a realidade e a relação ser humano-natureza, as diferentes formas de organização social e produtiva, assim como os conhecimentos específicos próprios dos povos do campo, são os desafios das organizações comunitárias e da própria efetivação das propostas advindas das vozes das famílias que estão contidas no protocolo comunitário e acreditam no uso equilibrado dos recursos naturais e com garantias de melhorias na qualidade de vida das populações locais.

É salutar chamar a atenção para a forma de incorporamos a ecologia de saberes de Boaventura (SANTOS, 2019), que nos permite o reconhecimento de uma multiplicidade de formas de outros conhecimentos, entre teoria e ação, entre individual e coletivo, entre políticas e práticas cotidianas. Trata-se de uma rede que interconecta saberes e descoloniza pensamentos.

Logo, a formação contínua e permanente de educadores socioambientais conscientes de seus papéis políticos, sociais, culturais e ambientais, na transformação de sua realidade local, em que os três territórios assumem papel fundamental na provocação dessas mudanças.

Experiência de resistência no território do Bailique

A história da Amazônia e suas populações tradicionais é marcada por embates e formas de resistência aos processos predatórios que tem desterritorializado coletivos sociais que reexistem e se re-territorializam em novas bases. O avanço do capitalismo predatório sobre a região urge novas formas de embates e resignificado de lutas que se dão em torno da vida e da sobrevivência dos povos amazônicos. Os tempos de autoritarismo e arrogância requerem que encontremos novas formas de resistência ao avanço de projetos

autoritários e da agenda radical neoliberal, que busca impor uma agenda única baseada em um projeto excludente de mundo, que exclui todas as formas rivais de conhecimento e desenvolvimento e que propõe um modelo civilizatório que só pode sobreviver se for para poucos e à custa do sacrifício dos trabalhadores (as) em todo mundo.

Este modelo de desenvolvimento predatório instalado na Amazônia brasileira a partir dos anos de 1960 do século XX, avança sob novas roupagens, expropriam o conhecimento desenvolvido pelas populações tradicionais em torno do ambiente e nichos ecológicos, desenvolvidos a respeito do território, ao longo da história (BECKER, 2010).

As novas colonialidades que se dão sobre o território e os coletivos sociais requerem novas formas de reexistir, considerando que a crise ambiental civilizatória demanda outras formas de estar no mundo e que somente o diálogo intercultural será capaz de promover a sustentabilidade da região. Os povos das Amazônias têm apresentado outras propostas civilizatórias, menos predatórias e possíveis de serem construídas.

Neste cenário refletimos sobre a experiência do território do Bailique com o seu processo de desenvolvimento do Protocolo Comunitário, ocorrido entre 2013 e 2016, capitaneado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). O processo abrangeu habitantes de 32 comunidades, que participaram de oficinas de capacitação e Encontros (espaço para discussão e decisão sobre temas diversos considerados importantes pelos comunitários). O documento como produto do protocolo do Bailique compreende uma série de acordos definidos pelos próprios comunitários participantes e, posteriormente, legitimados por ampla consulta pública e aceitos por votação em assembleia comunitária.

Um dos acordos do protocolo foi a criação de uma Cooperativa de Produtores Extrativistas do Bailique (Amazonbai), visando fortalecer a economia comunitária local por meio da produção do açaí, momento em que foi acertado que a destinação de 5% do lucro das vendas seria para a fundação da Escola Família Agroextrativista do Bailique, que se encontra em processo de construção.

Os comunitários integrantes do Protocolo comunitário do Bailique compreendem que uma das maneiras de fomentar o desenvolvimento local é fortalecer as organizações locais com viés comunitário. Para tanto, é preciso que tais organizações, sejam bem-sucedidas nos seguintes aspectos: engajamento social, competência legal, administrativa e financeira, além de produção e comercialização (se presentes), e inovação tecnológica.

Neste contexto, Fernandes e Guerra (2006), abordam que o desenvolvimento sustentável deve possibilitar o desenvolvimento local, como um processo orientado e promovido a partir do território, no qual são introduzidas inovações, sejam elas técnicas ou

sociais. Tendo isto em vista, podemos descrever esse processo como o conjunto de ações ocorridas a partir do território visando um aumento na criação de valor e na economia, geração de trabalho e renda e melhoria no bem-estar e qualidade de vida dos moradores locais.

A Amazonbai nasceu com a intenção de se produzir um açaí de qualidade, certificado e com salvaguardas socioambientais. Por meio da cooperativa os moradores entendem que a noção de justiça está inexoravelmente vinculada a “remuneração e repartição de benefícios” recebidos pelos cooperados, como forma de resistir ao sistema excludente, em que suas produções são compradas por valores inferiores aos de mercado. Portanto, podemos atrelar a atuação da Amazonbai ao conceito de capital social, ao considerarmos que quando se fala em desenvolvimento local ressaltamos às características de uma organização social como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da mesma, em que a confiança, a reciprocidade e a cooperação são recursos que podem contribuir para o desenvolvimento produtivo e para o fortalecimento da democracia na região.

Considerações Finais

Com base nos resultados obtidos, é possível afirmar que a educação, sustentada no pensamento decolonial é uma alternativa viável para nos libertarmos do modelo existente e assim descolonizarmos o pensamento que prevalece no território de naturalização das problemáticas socioambientais e da própria ausência do poder público na oferta de serviços básicos a população.

A construção coletiva e horizontal do conhecimento, que integre os saberes tradicionais e o conhecimento técnico-científico, são fundamentais para a compreensão da complexidade dos saberes que envolvem o processo de formação para a cidadania local e planetária. Logo, os coletivos sociais requerem novas formas de r-existir, pois a crise ambiental civilizatória demanda outras formas de estar no mundo e que somente o diálogo intercultural será capaz de promover a sustentabilidade local.

Referências

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas, **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010.

CARVALHO JÚNIOR, Jaime Ribeiro; FONSECA, Maria de Jesus; SANTANA, André Rodrigues; NAKAYAMA, Luiza. O conhecimento etnoecológico dos pescadores *Yudjá*, Terra Indígena Paquiçamba, Volta Grande do Rio Xingu – PA. **Tellus**, n. 21, p. 123-147, dez. 2011.

CEI, Ivania Lucia Franco. **Condições sanitárias dos resíduos sólidos no Amapá e política adotada pelo ministério público do estado**, Belém: NAEA-UFPA/MPEAP, 2010.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação**. Ijuí: Unijuí, 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. Traduzido por Carmem Fisher. São Paulo: Cultrix, 2006

CCPIO – Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque. **Protocolo de consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: Rede de Cooperação Amazônica e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2019.

COELHO NETO, Agripino Sousa. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **Geographia**, v. 15, n. 29, p.23-52, jun. 2013.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo (Orgs.). **Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional**. Turmalina: Articulação Pacari, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, ed. Esp., dez.2019.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2006.

GOMES, José Rubens Pereira; RAMOS, Roberta Peixoto; CHAUBET, Mariana Bouza Cabarcos. **Metodologia para Construção de Protocolos Comunitários: desenvolvimento local sustentável**. Manaus: Oficina Escola de Lutheria da Amazônia/ Grupo de Trabalho Amazônico, 2016.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; SOUSA, Francele Benedito Baldez; SANTOS, Geovani Cordeiro; AMANAJÁS, Viviane Vanessa. Guidelines for the management of the coastal zone of the amazon estuary in the Brazilian state of Amapá. **Journal of Coastal Research**, v. 70, p. 401-406. mai, 2014.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas; SILVA, Gabriel Araújo da. **Mosaico de saberes das populações extrativistas e ribeirinhas de três territórios Amazônico Amapaense: Bailique, Macacoari (Beira Amazonas) e Mazagão (Carvão)**.

Relatório de levantamento de demandas projeto Fortalecimento da Extensão UEAP. Macapá, 2020.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LAMEIRA, Anderson Maycon Tavares; CANTO Otavio; FARIAS, André. Conflito socioambiental no cerrado: a monocultura da soja nos municípios de Itaubal e Macapá, Amapá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 04, n. 01, p. 19-35, jan./jun. 2017.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Igor Alexandre Pinheiro. **Comuns em cercamento: uma análise do protocolo comunitário do Bailique, Amapá, Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Convenção nº 169**. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%20C2%BA%20169.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SACHS, Ignaci. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUSA, Romier Paixão; CRUZ, Carlos Renilton Freitas; SILVA, Ruth Correa; SILVA, Franciara Santos.; MORAES, Maura Rejane Lameira. **Educação do campo na Amazônia: a experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá**. Belém: IEB, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Submetido em: 04-05-2020.

Publicado em: 18-12-2020.